

QUANDO AS CRIANÇAS ENSINAM A ACOLHER: INTERCULTURALIDADE E ESCUTA SENSÍVEL NO CUIDADO DE BEBÊS E CRIANÇAS MBYÁ GUARANI EM UMA EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA

Romário Araújo de Alencar¹
Giovana Medianeira Fracari Hautrive²
Joane Vitória Pazzato dos Santos³
Mauricio Alberto Alves Fontoura⁴
Tania Micheline Miorando⁵

Resumo

Este relato de experiência apresenta reflexões sobre interculturalidade e escuta sensível no acolhimento de crianças e bebês Mbyá Guarani em ação extensionista vinculada à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS). O projeto, registrado sob n.º 065376, intitulado Ação Extensionista de Permanência Estudantil: Acolhimento Intercultural de Crianças e Bebês Mbyá Guarani, surgiu a partir da demanda dos estudantes do Curso de Licenciatura Mbyá Guarani/Educação Intercultural Indígena (Parfor Equidade), que são pais e mães de bebês que precisam acompanhar o Tempo Universidade. O estudo teve como objetivo analisar a experiência de acolhimento das infâncias indígenas como estratégia de apoio à permanência estudantil. A produção dos dados ocorreu por meio de reflexões e análises produzidas a partir do vivido durante o período de realização das atividades nos meses de janeiro e fevereiro de 2026. Inicialmente, o ambiente foi organizado com base em referenciais da Educação Infantil não indígena; contudo, a convivência evidenciou um descompasso entre o planejamento e os modos de interação das crianças, que demonstraram preferência por espaços externos, forte vínculo com a musicalidade e formas próprias de circulação. Esses elementos tensionam os modelos previamente estabelecidos e exigiram o deslocamento das práticas adotadas. Os resultados indicam que o acolhimento intercultural demanda menos a aplicação de modelos universais e mais a construção de práticas situadas, orientadas pela observação e escuta das crianças como sujeitos de cultura. Conclui-se que a permanência estudantil indígena está diretamente relacionada à consideração das infâncias no contexto universitário, implicando a necessidade de políticas institucionais que articulem cuidado, interculturalidade e formação docente.

Palavras-chave: Interculturalidade, Educação Inclusiva, Infâncias indígenas, Mbyá Guarani, Extensão universitária.

1 Pedagogo pela Faculdade Educacional da Lapa - PR, acadêmico do Curso de Educação especial Inclusiva parfor Equidade na Universidade Federal de Santa Maria-RS, romario.alencar@acad.ufsm.br

2 Docente do departamento de Educação Especial, Coordenadora do Curso de Educação Especial Inclusiva Parfor Equidade, Coordenadora do projeto de Extensão, Universidade Federal de Santa Maria, giovana.hautrive@ufsm.br

3 Pedagoga pela Faculdade Unopar, acadêmica do curso de Educação Especial Inclusiva Parfor Equidade da Universidade Federal Maria-RS, joanepazzato8@gmail.com

4 Graduando pelo Curso de Educação especial Inclusiva parfor Equidade na Universidade Federal de Santa Maria- RS, fontoura.mauricio@acad.ufsm.br;

5 Docente do Departamento de Educação Especial, da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, tania.miorando@ufsm.br.

ACOLHIMENTO INTERCULTURAL DE CRIANÇAS MBYÁ GUARANI NA UNIVERSIDADE.

A ampliação do acesso de estudantes indígenas ao ensino superior brasileiro, especialmente por meio de políticas afirmativas e programas de formação docente, representa um avanço no processo de democratização da educação. No entanto, o ingresso na universidade não garante, por si só, a permanência acadêmica, sobretudo quando se consideram as especificidades culturais, sociais e familiares que atravessam as trajetórias desses sujeitos.

No caso de estudantes indígenas, a permanência não pode ser compreendida de forma individualizada, pois está diretamente vinculada às redes de pertencimento, às práticas comunitárias e às responsabilidades familiares. Entre essas, destaca-se a presença de crianças pequenas que acompanham seus pais e mães em atividades acadêmicas presenciais, configurando uma demanda ainda pouco considerada pelas instituições de ensino superior.

É nesse contexto que se insere o presente relato de experiência, que analisa o acolhimento de crianças e bebês Mbyá Guarani no espaço universitário, problematizando os limites de modelos pedagógicos universalizados em contextos interculturais.

O relato refere-se ao projeto Ação Extensionista de Permanência Estudantil: Acolhimento Intercultural de Crianças e Bebês Mbyá Guarani (registro n.º 065376), vinculado ao Curso de Educação Especial Inclusiva da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS) e articulado ao Curso de Licenciatura Mbyá Guarani Educação Intercultural Indígena (Parfor Equidade).

A ação surgiu a partir de uma demanda concreta: estudantes indígenas participavam das atividades presenciais acompanhados de seus filhos pequenos, o que evidenciou a necessidade de organização de um espaço de acolhimento para as crianças durante o período de formação.

Diante disso, o estudo teve como objetivo analisar a experiência de acolhimento dessas crianças no contexto universitário, compreendendo seus efeitos na permanência estudantil e na construção de práticas interculturais de cuidado.

A produção dos dados ocorreu por meio de observação participante e registros em diários de campo, realizados pelos acadêmicos voluntários envolvidos na ação, durante os meses de janeiro e fevereiro de 2026.

A observação permitiu acompanhar as interações, deslocamentos, escolhas e formas de brincadeira das crianças, enquanto os registros possibilitaram analisar os tensionamentos entre o planejamento inicial e as experiências efetivamente vividas.

O espaço de acolhimento foi inicialmente estruturado em uma sala interna, no Centro de Educação na Universidade Federal de Santa Maria, organizada a partir de referenciais da Educação Infantil não indígena. A proposta foi dividida em diferentes “territórios”, contemplando acolhimento, exploração sensorial, faz de conta, descanso e musicalidade, com o uso de tapetes, almofadas, brinquedos estruturados e materiais diversos.

Essa organização partia da ideia de que um ambiente planejado, seguro e rico em estímulos atenderia às necessidades das crianças. No entanto, tal proposta refletia concepções de infância ancoradas em modelos urbanos e escolarizados, que seriam tensionados pela experiência. No primeiro dia de acolhimento, as crianças e seus pais foram recebidos pelos voluntários e pela coordenação do projeto. Foi realizada uma conversa breve com os responsáveis, com a finalidade de apresentar a proposta e, principalmente, de escutar informações relevantes sobre as especificidades de cada criança: rotinas, preferências alimentares, hábitos de alimentação e bebidas. Esse momento mostrou-se fundamental para a construção de confiança e para a compreensão de que o acolhimento intercultural precisa começar pela escuta das famílias, reconhecendo que elas são portadoras de saberes sobre suas crianças e sobre seus modos próprios de cuidado. Esse gesto dialoga com a compreensão freireana de que acolher não é apenas organizar um espaço, mas construir relações de escuta e respeito.

Antes de deixar as crianças e dirigirem-se às atividades acadêmicas, era comum que os pais falassem algumas palavras em Mbyá Guarani aos filhos, gesto simples e profundamente significativo. A presença da língua, mesmo em interações cotidianas breves, evidenciava que o acolhimento não ocorria em território neutro ou homogêneo, mas em um espaço de encontro intercultural como ocorre com muitas crianças em processos de inserção em novos ambientes, observou-se certo estranhamento inicial por parte de algumas delas, enquanto outras demonstraram adaptação mais rápida. Em alguns momentos, algumas crianças chegavam chorando, e os pais as deixavam sob os nossos cuidados imediatamente (equipe de voluntários), outros pais, criaram estratégias para esse momento. De modo geral, o processo de vinculação ocorreu de forma relativamente célere, favorecido pela postura acolhedora e pela presença constante dos voluntários e também dos pais.

Ao longo dos dias seguintes, a convivência com as crianças foi revelando algo que os diários de campo registraram com crescente clareza: havia um descompasso significativo

entre o ambiente preparado e os modos próprios das crianças de circular, explorar e estar. Entre os materiais disponíveis, destacaram-se pelo uso os instrumentos musicais, os brinquedos da cozinha infantil, as bolhas de sabão e os blocos de montar, tanto de madeira quanto de plástico.

As brincadeiras de faz de conta, especialmente as relacionadas ao "brincar de comer", preparar alimentos e alimentar outras pessoas, estiveram fortemente presentes. Também foram recorrentes ações de empilhar, encaixar, experimentar sons, circular entre os materiais e explorar o espaço de forma livre, sem necessidade de condução diretiva por parte dos adultos. Outros materiais, como a piscina de bolinhas, as tendas e as bonecas, despertaram interesse consideravelmente menor. Esse aspecto é relevante porque reforça que as crianças não apenas "utilizaram" os brinquedos disponíveis, mas atribuíram sentidos próprios às interações. A significativa aproximação com os instrumentos musicais também chamou a atenção. A musicalidade mostrou-se um potente mediador de vínculo, comunicação e participação espontânea, favorecendo momentos de aproximação afetiva entre as crianças e os voluntários. Mais do que um ato de brincar, os sons e ritmos funcionaram como linguagem relacional, mobilizando interesse, curiosidade e presença. Esse dado dialoga com a compreensão de que, em muitas tradições indígenas, a música e os cantos possuem lugar central na constituição da identidade e na transmissão cultural entre gerações.

Imagem 1: Musicalização para bebês



Fonte: Arquivo do Projeto

O deslocamento central: a preferência pelos espaços externos

Um dos achados mais significativos da experiência foi a percepção de que, embora a sala interna tivesse sido cuidadosamente planejada, as crianças demonstravam clara e sistemática preferência por se locomover ao ar livre. Desde os primeiros dias, era possível

observar que as crianças se dirigiam espontaneamente para as portas, indicando o desejo de explorar o ambiente externo. Foi demonstrado por elas maior interesse por explorações espontâneas em jardins e gramados do que pela permanência prolongada no espaço interno.

Diante dessa sinalização, a equipe passou a realizar, em muitos momentos, a recepção das crianças nos jardins e áreas gramadas, organizando nesses espaços tapetes, brinquedos e materiais. Esse movimento não foi apenas uma adaptação logística, mas uma verdadeira mudança de olhar: a equipe precisou rever a centralidade do espaço fechado e compreender que o acolhimento se realizava com mais potência quando respeitava as formas de circulação e interesse expressas pelas próprias crianças. A circulação, a liberdade de movimento e a exploração espontânea revelaram-se componentes fundamentais para a construção de um espaço efetivamente acolhedor.

Imagem 2 e 3: Alguns espaços externos do CE



Fonte: Arquivo do Projeto



Nesse sentido, acolher interculturalmente significou, nessa experiência, permitir que o espaço fosse reorganizado a partir das escolhas das crianças, e não o contrário. Como equipe de voluntários, aprendemos a "seguir" as crianças, a observar seus deslocamentos como comunicação e a reconhecer que o ambiente externo não era uma fuga do acolhimento, mas uma de suas expressões mais autênticas.

Entre o planejado e o vivido: o acolhimento como experiência formativa

Talvez o aprendizado mais potente da experiência tenha emergido do contraste entre o que foi inicialmente planejado e o que foi efetivamente vivido no cotidiano do acolhimento. A organização da sala, embora cuidadosa, partia de repertórios fortemente vinculados à Educação Infantil não indígena, ancorados em concepções hegemônicas sobre organização do

espaço, mediação adulta e experiências infantis. Isso não significava má intenção, mas revelava os limites de uma formação ainda pouco instrumentalizada para lidar com a diversidade cultural nas práticas de cuidado.

A convivência com as crianças Mbyá Guarani revelou limites importantes dessa lógica. As crianças demonstraram outras formas de interesse, maior mobilidade, forte vínculo com os ambientes externos e modos próprios de explorar materiais e interagir entre si. Isso exigiu que abandonássemos, progressivamente, a expectativa de que o espaço previamente estruturado, por si só, garantiria o acolhimento. A escuta sensível tornou-se, nesse processo, não apenas uma ferramenta metodológica, mas uma postura ética e política que nós convocava a suspender certezas e a reconhecer que o encontro com o outro também transforma quem acolhe. Ao desconsiderar as especificidades culturais e comunitárias, corre-se o risco de reproduzir práticas colonizadoras, ainda que sob a aparência de cuidado. Por isso, o acolhimento intercultural demanda uma ética da não imposição e da aprendizagem institucional, em que a universidade se coloca em posição de escuta.

Sob esse prisma, a ação extensionista ultrapassou a função inicial de responder à necessidade prática de cuidado infantil. Ela tornou-se também um espaço formativo para os acadêmicos voluntários e para a instituição, criou desconfortos e ampliou a compreensão sobre o que significa cuidar em contextos interculturais. A participação dos acadêmicos do Curso de Educação Especial Inclusiva constituiu-se como vivência extensionista em contexto intercultural, aproximando os futuros profissionais de situações que tensionam modelos pedagógicos previamente internalizados e desenvolvendo competências éticas, técnicas e humanizadoras.

A experiência relatada evidenciou a relação direta entre o acolhimento das crianças e a permanência estudantil de seus pais e mães. Ao contar com um espaço de cuidado durante as atividades acadêmicas, os estudantes puderam participar de forma mais tranquila da vida universitária, sabendo que seus filhos estavam sendo acolhidos em ambiente seguro e atento às suas necessidades. Esse dado é especialmente relevante quando se consideram as condições concretas de existência desses estudantes: muitos deslocam-se de aldeias localizadas em diferentes municípios do Rio Grande do Sul (10 aldeias de diferentes localidades), permanecendo no campus por quatro semanas consecutivas, em regime de alternância entre "tempo universidade" e "tempo comunidade". Nesse sentido, o acolhimento das crianças não pode ser compreendido como ação assistencialista ou complementar. Trata-se de uma dimensão constitutiva das condições de permanência de muitos estudantes

indígenas, especialmente quando suas trajetórias acadêmicas se articulam de forma inseparável às responsabilidades familiares e comunitárias.

Além disso, a ação extensionista produziu um efeito simbólico relevante: as crianças passaram a ocupar, ainda que temporariamente, o espaço universitário como sujeitos visíveis e legítimos. Esse fato tensiona a imagem tradicional da universidade como ambiente exclusivamente adulto, individualizado e dissociado da vida familiar. Ao contrário, a experiência mostrou que a universidade pode e deve abrir-se para formas mais amplas de pertencimento, reconhecendo que a permanência estudantil também se constrói no entrelaçamento entre estudo, cuidado, cultura e coletividade.

A ação extensionista evidenciou ainda a importância do protagonismo indígena na construção das práticas de acolhimento. A participação de familiares da comunidade Mbyá Guarani na proposição e condução de algumas atividades reforçou a horizontalidade da relação entre universidade e comunidade, demonstrando que o acolhimento culturalmente responsivo não pode ser construído apenas a partir de referenciais acadêmicos, mas exige a escuta ativa das famílias e das lideranças indígenas.

Imagem 4: alguns momentos de compartilhamento com os pais e mães.



Fonte: Arquivo do Projeto

Acolhimento intercultural e transformação das práticas universitárias

O relato evidencia que o acolhimento de crianças Mbyá Guarani no contexto universitário ultrapassa uma dimensão assistencial, configurando-se como espaço de

produção de conhecimento e de revisão de práticas. Os resultados indicam que o acolhimento intercultural demanda práticas situadas, construídas a partir da observação e da escuta, em substituição à aplicação de modelos universalizados. Além disso, evidenciam que a permanência estudantil indígena está diretamente relacionada à consideração das infâncias nas políticas institucionais.

A participação dos acadêmicos do curso de Educação Especial Inclusiva (ParforEquidade) na ação extensionista constituiu-se como espaço formativo relevante, ao possibilitar a vivência concreta de situações que tensionam modelos pedagógicos previamente internalizados. Ao se depararem com modos de interação, circulação e brincadeira que não correspondiam às expectativas construídas a partir de referenciais não indígenas, os estudantes foram desafiados a revisar suas concepções de infância, desenvolvimento e prática educativa. Esse processo deslocou a formação de um plano predominantemente teórico para uma dimensão experiencial, na qual a escuta, a observação e a capacidade de flexibilização tornaram-se elementos centrais. Assim, a experiência contribuiu para a formação de futuros docentes mais atentos às diferenças culturais, menos dependentes de modelos prescritivos e mais capazes de construir práticas pedagógicas situadas e responsivas.

Nesse sentido, a experiência aponta para a necessidade de que as universidades avancem na construção de práticas que integrem cuidado, interculturalidade e formação docente, reconhecendo a presença das crianças como parte constitutiva de uma universidade efetivamente inclusiva.

A experiência extensionista aqui relatada reafirma que a permanência estudantil indígena é indissociável do acolhimento sensível às infâncias que acompanham esses estudantes em sua trajetória universitária. Mais do que uma resposta a uma demanda prática e imediata, a ação revelou-se um espaço de produção de conhecimento, de revisão de práticas institucionais e de formação humana para as crianças, para as famílias, para os acadêmicos voluntários e para a própria universidade.

Nesse cenário, cabe destacar a relevância do Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores(as) da Educação Básica (ParforEquidade) como política pública estruturante que torna possível experiências dessa natureza. Ao viabilizar a oferta do Curso de Licenciatura Mbyá Guarani Educação Intercultural Indígena em regime de alternância, o programa reconhece que a formação docente indígena exige condições diferenciadas, que respeitem os modos próprios de vida, os vínculos comunitários e as responsabilidades familiares dos estudantes. Ao mesmo tempo, ao articular esse curso ao

Curso de Educação Especial Inclusiva também oferta Parfor Equidade, o programa cria as condições para que a universidade pública construa respostas institucionais mais sensíveis à diversidade, ampliando o alcance das políticas de equidade para além do acesso.

É nesse entrelaçamento que o projeto de extensão se constituiu como resposta concreta e necessária. Vinculado à coordenação do Curso de Educação Especial Inclusiva, o projeto não nasceu de uma iniciativa isolada, mas de uma escuta atenta às demandas apresentadas pelos próprios estudantes indígenas do Curso de Licenciatura Mbyá Guarani. Esse vínculo institucional entre os dois cursos de licenciatura da UFSM revelou-se um dos elementos mais potentes da experiência: a parceria estabelecida entre a coordenação do Curso de Educação Especial Inclusiva e a coordenação do Curso de Licenciatura Mbyá Guarani Educação Intercultural Indígena materializou, na prática, o que a interculturalidade propõe como horizonte ético e político. Os dois cursos, com histórias, epistemologias e públicos distintos, se encontraram em torno de um objetivo comum: garantir que a presença indígena na universidade se dê com dignidade, em condições que reconheçam e respeitem a integralidade da vida de seus estudantes.

Essa parceria não foi apenas administrativa ou logística. Ela produziu um encontro real entre culturas, saberes e modos de compreender a educação, a infância e o cuidado. Os estudantes indígenas do Curso de Licenciatura Mbyá Guarani participaram do projeto não apenas como público beneficiário, mas como sujeitos ativos compartilhando saberes sobre seus filhos, suas práticas culturais e seus modos próprios de cuidado. Sua participação reafirmou que o diálogo intercultural, quando pautado na horizontalidade, transforma todos os envolvidos.

Um dos aspectos mais significativos da experiência foi a inclusão de acadêmicos do Curso de Educação Especial Inclusiva como voluntários nas ações de extensão. Ao atuarmos diretamente no acolhimento e cuidado das crianças Mbyá Guarani, vivenciamos situações que nenhuma disciplina isolada seria capaz de proporcionar: o encontro concreto com a diferença cultural, o desafio de rever referenciais previamente internalizados, a necessidade de construir vínculos afetivos com crianças que falam outra língua e habitam outro universo simbólico, e a aprendizagem de que cuidar, em contextos interculturais, exige humildade, escuta e disponibilidade permanente para aprender com o outro.

Essa dimensão formativa não pode ser subestimada. Como futuros educadores especiais seremos convocados, ao longo de nossas trajetórias profissionais, a atuar em contextos de grande diversidade cultural, social e linguística. A experiência extensionista aqui relatada contribuiu para a formação de profissionais mais atentos às diferenças, menos dependentes de modelos prescritivos e mais capazes de construir práticas pedagógicas

situadas, responsivas e eticamente comprometidas com a singularidade de cada sujeito. Ao nos deparar com modos de brincar, circular e interagir que não correspondiam às suas expectativas iniciais, fomos desafiados a revisar nossas concepções de infância, desenvolvimento e prática educativa, deslocamento que é, em si mesmo, parte fundamental da formação docente crítica.

Concluimos, portanto, que a ação extensionista aqui relatada vai além de seu impacto imediato sobre a permanência estudantil. Ela demonstra que a extensão universitária, quando articulada ao ensino e comprometida com os princípios da interculturalidade, pode constituir-se como espaço privilegiado de formação docente, produção de conhecimento e transformação institucional. Recomenda-se que as universidades ampliem políticas e ações voltadas ao acolhimento das infâncias indígenas, reconhecendo que a permanência estudantil se constrói no entrelaçamento entre estudo, cuidado, cultura e coletividade e que a universidade só é verdadeiramente inclusiva quando se permite ser reeducada pelo encontro com a alteridade. A presença das famílias Mbyá Guarani no campus não é um problema a ser gerenciado, mas uma oportunidade singular de construir, coletivamente, práticas mais dialógicas, interculturais e humanizadoras e de reconhecer que as crianças, quando escutadas, também ensinam a acolher.

REFERÊNCIAS

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; DOEBBER, Michele Barcelos; BRITO, Patrícia Oliveira. Estudantes indígenas em universidades brasileiras: um estudo das políticas de acesso e permanência. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 99, n. 251, p. 37-53, jan./abr. 2018. DOI: 10.24109/2176-6681.rbep.99i251.3337.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p. 45-56, jan./abr. 2008. DOI: 10.1590/S1413-24782008000100005.

COHN, Clarice. *Antropologia da criança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LUCIANO, Gersem dos Santos. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006. (Coleção Educação para Todos. Série Vias dos Saberes, n. 1).